



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª Etapa 17/05/2008

COMISSÃO DO CONCURSO

TITULARES

Desembargador Luiz Carlos de Araújo - Presidente

Desembargadora Fany Fajerstein - Membro

Membro (OAB) – Dr. Estevão Mallet

SUPLENTES

Desembargadora Maria Cecília Fernandes Álvares Leite

Desembargador I. Renato Buratto

Membro (OAB) – Dr. Alexandre Augusto Gualazzi

COMISSÃO EXAMINADORA

TITULARES

Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho - Presidente

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira Cesar Targa - Membro

Membro (OAB) – Dr. Luiz Donato Silveira

SUPLENTES

Juiz Edison dos Santos Pelegrini

Juiz Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Membro (OAB) – Dra. Elimara Aparecida Assad Sallum

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a Folha-Resposta.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões. Verifique, também, se as questões estão legíveis.
3. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa, etc) solicite, imediatamente, a substituição.
4. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da Prova.
5. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da Prova é encargo do candidato.
6. Não se admitirá rasura na Folha-Resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
7. A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
8. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em imediata eliminação do candidato.
9. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, "notebook", "bip", receptor, gravador, "palm top", calculadora, máquina fotográfica ou similares. A transgressão importará em imediata eliminação do candidato.
10. A prova tem duração de 4 (quatro) horas e, esgotado o tempo, o Fiscal retirará, de pronto, a Folha-Resposta.
11. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
12. A entrega da Folha-Resposta e a saída do candidato com o caderno de questões dar-se-ão após 2 (duas) horas do início da prova.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Não se considera acidente do trabalho:

- a) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
- b) a lesão causada ao trabalhador por ato de imprudência de terceiro, praticada no ambiente de trabalho;
- c) o acidente sofrido pelo segurado no intervalo para refeição, realizado na empresa, em consequência de ato de terrorismo praticado por terceiro;
- d) o acidente sofrido fora do local da prestação de serviços, quando o trabalhador se ausenta da empresa para atender solicitação efetivada por colega de trabalho;
- e) o acidente sofrido fora do local de trabalho, quando o empregado estiver realizando prestação espontânea de serviço à empresa para que esta não sofra prejuízo.

2. Contribuições previdenciárias não podem ser exigidas:

- a) das empresas, com relação aos profissionais autônomos que lhes prestem serviços;
- b) nos acordos realizados na Justiça do Trabalho, quando não há o reconhecimento de vínculo empregatício;
- c) de pensão de companheiro concedida pelo regime geral de previdência social;
- d) do parceiro agrícola que admita empregados esporadicamente;
- e) do arrendatário rural que produza em regime de economia familiar.

3. É segurado obrigatório da Previdência Social na condição de empregado, exceto:

- a) a pessoa física que presta serviço eventual para a entidade equiparada à empresa;
- b) o trabalhador contratado por empresa de trabalho temporário;
- c) o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar de forma não eventual e subordinada em sucursal de empresa nacional no exterior;
- d) o brasileiro civil que trabalha para a União em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;
- e) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

4. Quanto ao consórcio simplificado de produtores rurais, é incorreto afirmar que se trata de entidade:

- a) formada pela união regular de produtores rurais pessoas físicas que outorgar a um deles a responsabilidade, entre outras, pela contratação de trabalhadores que por todos serão utilizados;
- b) equiparada ao empregador rural pessoa física;
- c) matriculada no INSS em nome daquele que o representa;
- d) cujos integrantes são responsáveis subsidiários pelas dívidas previdenciárias, sendo o principal responsável o seu gestor;
- e) cuja criação está subordinada a registro em cartório de títulos e documentos.

5. Não integram o salário de contribuição, exceto:

- a) o salário maternidade recebido da previdência social;
- b) o adicional mensal recebido pelo aeronauta;
- c) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em canteiro de obras;
- d) o abono pecuniário relativo à conversão de 1/3 do período de férias a que o empregado tiver direito;
- e) a metade da remuneração a que o empregado teria direito até o término do contrato a prazo determinado, rescindido antecipada e imotivadamente.

6. Com relação ao aposentado por invalidez, é incorreto afirmar que:

- a) deve se apresentar aos exames médicos agendados pela previdência social, sob pena de sustação do pagamento do benefício;
- b) o INSS pode rever o benefício ainda que concedido judicialmente;
- c) tem a sua qualidade de segurado mantida enquanto recebe o benefício, ainda que tenha sido demitido;
- d) perde a qualidade de segurado se retido ou recluso;
- e) mantém a condição de segurado da previdência social ainda que tenha deixado de recolher contribuições.

7. Aponte a alternativa incorreta quanto àquele que pode ser beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado:

- a) o companheiro;
- b) o irmão emancipado, dependente economicamente;
- c) o irmão inválido;
- d) os pais, desde que não haja companheiro indicado;
- e) o enteado, se comprovada a dependência econômica.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

8. Tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, o mandado de segurança é incabível:

- a) contra ato judicial que, de ofício, arbitra novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais;
- b) para atacar exigência de depósito prévio de honorários periciais;
- c) contra o deferimento de liminar de reintegração no emprego em ação cautelar;
- d) contra determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados bens à penhora, em execução provisória;
- e) para atacar tutela antecipada concedida antes da sentença.

9. Tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa correta em relação à ação rescisória:

- a) a decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação é suscetível de rescindibilidade;
- b) a interposição de recurso intempestivo não protraí o termo inicial do prazo decadencial, mesmo havendo dúvida razoável;
- c) a revelia produz confissão;
- d) é cabível para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação;
- e) que não é documento novo a sentença normativa proferida posteriormente à sentença rescindenda.

10. Tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa correta em relação ao dissídio coletivo:

- a) são compatíveis com a natureza e finalidade do dissídio as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito;
- b) o de natureza jurídica não se presta à interpretação de normas de caráter genérico;
- c) a comprovação da legitimidade "ad processum" da entidade sindical se faz por seu registro no cartório correspondente;
- d) a legitimidade "ad causam" do sindicato independe da correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito;
- e) os empregados menores podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

11. Considerando a disciplina legal e a jurisprudência consolidada do TST relativas aos recursos trabalhistas, assinale a alternativa correta:

- a) o recurso de revista interposto na fase de execução e o recurso de revista interposto na fase cognitiva de procedimento sumaríssimo estão submetidos às mesmas hipóteses de cabimento;
- b) em ação rescisória julgada pelo TRT, desfavorável ao ente público, não será admitido recurso se a condenação não exceder a 60 (sessenta) salários mínimos;
- c) a devolutividade do recurso ordinário transfere ao tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões;
- d) no recurso ordinário em processo de rito sumaríssimo, se a sentença for confirmada pelos seus próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, não poderá servir de acórdão, devendo ser juntado o voto do relator;
- e) a ação cautelar não é o meio processual adequado para postular a concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário.

12. Observadas as normas legais sobre o procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta:

- a) o juiz deve adotar em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo o fim social da lei e as exigências do bem comum;
- b) pode tramitar pelo rito sumaríssimo ação trabalhista em face de empresa pública;
- c) as testemunhas que não comparecerem serão intimadas, "ex officio", ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva;
- d) é cabível ação rescisória das decisões proferidas nos processos submetidos ao rito sumaríssimo;
- e) não se fará citação por edital.

13. À luz da jurisprudência consolidada do TST sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) a decisão do juiz que indefere a homologação de um acordo pode ser alterada pela via do mandado de segurança;
- b) não cabe mandado de segurança para impugnar decisão que deferiu liminar em outro mandado de segurança;
- c) cabe mandado de segurança da antecipação de tutela concedida em sentença;
- d) se a petição inicial do "writ" não estiver acompanhada do documento indispensável, o juiz não poderá indeferi-la sem antes conceder prazo para o impetrante emendá-la;
- e) a existência de recurso próprio para atacar a decisão judicial não impede a impetração do mandado de segurança.

14. A respeito do inquérito para apuração de falta grave, assinale a alternativa correta:

- a) trata-se de uma ação meramente declaratória;
- b) julgado improcedente o pedido de resolução contratual, a reintegração do trabalhador ao emprego somente será deferida se houver reconvenção ou pedido contraposto;
- c) o prazo para ajuizamento do inquérito é de trinta dias apenas na hipótese de suspensão do empregado;
- d) o inquérito é necessário para que haja a resolução contratual da empregada gestante;
- e) quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, haja vista o grau de incompatibilidade entre os litigantes, o juízo não poderá, "ex officio", converter a reintegração em indenização.

15. Em se tratando de nulidade é incorreto afirmar:

- a) somente será pronunciada quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
- b) somente será declarada mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos;
- c) o juiz ou tribunal que a pronunciar declarará os atos a que ela se estende;
- d) a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência;
- e) não será pronunciada quando argüida por quem lhe tiver dado causa.

16. Considerando os parâmetros legais e a jurisprudência consolidada no TST sobre a competência em razão do lugar, assinale a alternativa correta:

- a) admite prorrogação, a exceção deve ser argüida em peça própria e não provoca a suspensão do feito;
- b) acolhida a exceção e remetido o feito para a Vara competente, pertencente a outro TRT, não caberá recurso imediato dessa decisão, haja vista a sua natureza interlocutória;
- c) na ação trabalhista em que o empregado seja réu, a ação deverá ser proposta no foro do domicílio do demandado;
- d) na ação civil pública a ser proposta na Justiça do Trabalho, a extensão territorial do dano não interfere na fixação da competência em razão do lugar;
- e) em ação proposta por representante comercial autônomo, cujo objeto é o recebimento de comissões inerentes à representação, o foro competente é o do domicílio do representante.

17. Com relação à execução das contribuições previdenciárias, é inadequado afirmar que:

- a) seu cálculo pode ser procedido diretamente pelo auxiliar do juízo;
- b) os auditores fiscais podem deixar de cobrá-las em decorrência de seu pequeno valor;
- c) a União é intimada de todos os acordos realizados na Justiça do Trabalho que contenham discriminação de parcela indenizatória, mesmo que esse valor implique, por exemplo, em R\$ 10,00 (dez reais);
- d) o Ministro da Previdência Social pode dispensar a manifestação do Procurador da União caso os valores a serem cobrados sejam de diminuto valor;
- e) a Justiça do Trabalho tem competência para cobrar contribuições previdenciárias sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido espontaneamente pelo empregador em acordo por ela homologado.

18. O parcelamento do débito previdenciário obtido junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, decorrente de condenação em processo trabalhista, implica em:

- a) suspensão da execução com relação ao débito previdenciário, com seu regular prosseguimento para pagamento dos valores devidos ao trabalhador;
- b) regular prosseguimento do feito quanto à execução do crédito previdenciário, até que seja demonstrada sua quitação;
- c) prosseguimento da execução quanto ao crédito trabalhista e extinção quanto ao previdenciário;
- d) suspensão integral da execução de todos os créditos;
- e) extinção integral da execução.

19. Quanto aos trâmites da execução na Justiça do Trabalho, aponte a alternativa correta:

- a) a avaliação é realizada por profissional escolhido pelas partes; não havendo acordo entre elas, o magistrado o designará livremente;
- b) a arrematação será anunciada por edital afixado na sede do juízo e em jornal local, se houver, com antecedência de 10 (dez) dias da data da praça;
- c) na praça do bem penhorado, o arrematante que pretender adquiri-lo deverá garantir seu lance depositando 10% (dez por cento) do seu valor;
- d) na praça do bem penhorado, o arrematante que não tiver pago o lance à vista deverá depositar o valor restante em 48 (quarenta e oito) horas;
- e) o arrematante que dá lance e deposita tão-só parcela do preço, mas não paga o restante no prazo estipulado na legislação, perde o valor do sinal em benefício da execução.

DIREITO CIVIL

20. Assinale a alternativa correta. A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário (LICC). Havendo disposição em contrário, ocorre:

- a) revogação;
- b) derrogação;
- c) ab-rogação;
- d) repristinação;
- e) anulação.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o ébrio habitual é considerado relativamente incapaz;
- b) o menor com 16 (dezesesseis) anos completos será emancipado pela existência de relação de emprego que lhe assegure economia própria;
- c) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo somente a pessoa viva exigir que cesse a ameaça a esses direitos e reclamar perdas e danos;
- d) o empregador pode usar o nome do empregado em propaganda comercial da empresa, desde que com autorização deste;
- e) o desvio de finalidade do empreendimento autoriza a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.

22. Assinale a alternativa incorreta:

- a) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, sendo que os contratos benéficos estritamente;
- b) considera-se não escrito o encargo ilícito, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico;
- c) os prazos de meses e anos sempre expiram no dia de igual número do de início;
- d) ocorre estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar pessoa de sua família de grave dano moral, assume obrigação de prestação exorbitante;
- e) na lesão, o vício de consentimento decorre do abuso praticado em situação de desigualdade de um dos contratantes, por inexperiência, independente de dolo.

23. Assinale a alternativa correta. Não constitui ato ilícito:

- a) a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, desde que as circunstâncias tornem o ato absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo;
- b) aquele decorrente de omissão violadora de direito e causadora de dano exclusivamente moral;
- c) aquele praticado pelo titular do direito que excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes;
- d) a deterioração da coisa alheia para remover perigo iminente;
- e) o praticado em legítima defesa, a fim de remover perigo iminente, desde que as circunstâncias o tornem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

24. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a pessoa jurídica tem ação contra os seus representantes legais que não alegarem a prescrição oportunamente;
- b) a interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez por meio de protesto judicial;
- c) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão, cujo prazo não pode ser alterado por acordo das partes;
- d) prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil;
- e) é nula a renúncia à decadência legal.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) somente o pagamento em consignação judicial extingue a obrigação;
- b) a cláusula "rebus sic stantibus" possui previsão expressa no código civil;
- c) pelo inadimplemento da obrigação responde o devedor por perdas e danos, juros e atualização monetária, mas não por honorários de advogado;
- d) o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal, e não pode ser reduzido judicialmente;
- e) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada desde que haja seu consentimento.

26. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a função social do contrato restringe a liberdade de contratar, devendo os contratantes observar os princípios da probidade e boa-fé na sua execução e conclusão;
- b) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio;
- c) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, mesmo que a aquisição se tenha realizado em hasta pública;
- d) a resolução por onerosidade excessiva cabe nos contratos de execução continuada ou diferida, não podendo ser evitada, mesmo que o réu se ofereça para modificar equitativamente as condições contratuais;
- e) não se extingue o contrato de empreitada pela morte de qualquer das partes, salvo se ajustado em consideração às qualidades pessoais do empreiteiro.

27. Assinale a alternativa incorreta:

- a) na sociedade em nome coletivo, podem tomar parte pessoas físicas e jurídicas, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais;
- b) na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados, pessoas físicas, respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, respondem somente pelo valor de sua quota;
- c) na sociedade limitada, a integralização do capital somente pode ser realizada por meio de dinheiro ou bens, sendo vedada a contribuição sob a forma de serviços;
- d) na sociedade cooperativa pode haver dispensa do capital social, as quotas são intransferíveis a terceiros e o direito de voto é individual;
- e) estabelecimento é todo complexo de bens organizados, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, podendo ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, compatíveis com a sua natureza.

28. Assinale a alternativa incorreta :

- a) quando o exercício da profissão constituir elemento de empresa, quem exerce profissão intelectual, de natureza literária, com concurso de auxiliares, é considerado empresário;
- b) o produtor rural poderá organizar a sua atividade econômica sob a forma de empresa, efetuando o registro na Junta Comercial, ficando equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro;
- c) na sociedade despersonalizada, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, sendo que os bens particulares de todos os sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais;
- d) os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções;
- e) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

29. Assinale a alternativa correta e completa. No acidente de trabalho que causa redução da capacidade laborativa, a indenização ao ofendido abrange:

- a) despesas do tratamento;
- b) despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença;
- c) despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, bem como pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou;
- d) despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, bem como pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, podendo o prejudicado exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez;
- e) despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, bem como pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, não podendo o prejudicado exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

30. Quanto à legitimação extraordinária, é incorreto afirmar que:

- a) o Ministério Público pode promover a execução, no cível, do julgado criminal, em se tratando de infração penal prevista no Código de Defesa do Consumidor;
- b) as associações regularmente constituídas, há mais de um ano, podem promover a defesa dos direitos individuais homogêneos dos consumidores, bastando que estejam devidamente autorizadas pela assembléia geral;
- c) aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria;
- d) qualquer condômino pode reivindicar a coisa comum que se encontrar em poder de terceiro;
- e) qualquer acionista tem legitimidade para propor a ação de responsabilidade, a ser movida em face do administrador ímprobo da sociedade anônima, em caso de omissão da companhia.

31. É título executivo extrajudicial:

- a) a sentença arbitral;
- b) o crédito do perito aprovado por decisão judicial;
- c) a sentença homologatória de transação, quanto aos títulos não pleiteados na ação;
- d) o acordo extrajudicial homologado judicialmente;
- e) o formal de partilha em relação ao inventariante.

32. É absolutamente impenhorável:

- a) o bem próprio do cônjuge que se beneficiou da dívida cobrada;
- b) o imóvel residencial penhorado em execução fiscal para pagamento de contribuições previdenciárias incidentes sobre salários dos trabalhadores que nele laboraram;
- c) o computador do profissional que atua na confecção e produção de páginas na rede mundial de computadores;
- d) o imóvel hipotecado após a propositura da ação;
- e) o sítio de um módulo rural no qual trabalha a família, na ação para cobrança de empréstimo destinado à sua aquisição.

33. Quanto ao recurso aviado em face de matéria cujo entendimento já está sedimentado em súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal:

- a) deve ser processado se preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade;
- b) é facultado ao magistrado indeferir seu processamento;
- c) o juiz que já determinou seu processamento não pode, em momento posterior à apresentação das contra-razões, indeferi-lo;
- d) processado e remetido ao Tribunal, será analisado pela Câmara na qual atua o desembargador relator que o recebeu em distribuição;
- e) o juiz deve indeferir seu processamento; processado, o relator negar-lhe-á, monocraticamente, seguimento.

34. Não encontrado o devedor, que se oculta:

- a) podem ser arrestados valores de sua propriedade que sejam encontrados através do sistema bancário;
- b) encontrados e listados seus bens pelo oficial de justiça, publica-se, de imediato, edital para que tenha ciência da constrição judicial;
- c) encontrado bem pelo oficial de justiça, dá-se, antes de qualquer providência, ciência ao credor para que requeira o que entender de direito;
- d) em se tratando de empresa, penhora-se percentual de seu faturamento, e, de imediato, expede-se edital;
- e) o oficial de justiça tentará localizá-lo por 3 (três) vezes, antes de adotar qualquer providência.

35. Aponte a alternativa correta:

- a) não podem se habilitar à adjudicação, a não ser no momento da hasta pública, os demais credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem;
- b) é lícito ao exeqüente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados, independentemente de terem sido levados à hasta pública;
- c) o cônjuge, descendentes ou ascendentes do executado não podem pedir a adjudicação do bem penhorado, a não ser no momento da hasta pública;
- d) o cônjuge, descendente ou ascendente, nessa ordem, ofertando o valor da avaliação, têm preferência para adjudicar o bem penhorado, mesmo que o credor pretenda adjudicá-lo pelo valor de seu crédito, superior àquele pelo qual o bem foi avaliado;
- e) aguarda-se, para expedição do auto de adjudicação, que torna o ato perfeito e acabado, o trânsito em julgado da decisão dos embargos à execução, qualquer que seja a matéria neles aventada.

36. Dá-se a regular suspensão do processo:

- a) por qualquer prazo, mediante convenção das partes;
- b) quando a solução do litígio depender da análise da declaração de existência ou inexistência de relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente, o que determina a suspensão por 1 (um) ano ou até o julgamento da causa;
- c) quando a sentença de mérito não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo, aguardando-se, neste caso, o prazo máximo de 1 (um) ano, findo o qual o juiz determinará o prosseguimento da causa em seus ulteriores termos;
- d) por motivo de força maior, por no máximo 5 (cinco) dias;
- e) no caso de morte do procurador, concedendo o magistrado o prazo de 10 (dez) dias para regularização do mandato.

37. Com relação às testemunhas, é correto asseverar que:

- a) o depoimento do demente é suspeito, mas, se tiver presenciado fatos relevantes para o deslinde da ação, seu compromisso será tomado;
- b) não tem valor o depoimento do surdo-mudo, mesmo quanto a fatos por ele presenciados;
- c) é inválido o depoimento do jovem de 16 (dezesseis) anos;
- d) o depoimento do ascendente pode ser tomado sempre que o juiz entender que esse é o único meio de elucidar determinados fatos e, nesse caso, não será colhido o compromisso;
- e) pode depor o tutor na causa em que tem interesse o menor em nome do qual intervém.

38. Aponte a alternativa correta com relação ao incidente de uniformização de jurisprudência:

- a) trata-se de incidente que pode ser iniciado pelo juiz ao dar seu voto ou que pode ser requerido pela parte exclusivamente no momento da interposição de seu recurso;
- b) consiste na solicitação realizada ao tribunal para que dê interpretação ao direito quando se verificar que há interpretação diversa nas turmas, câmaras, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas;
- c) o acolhimento do incidente se dará pelo voto da maioria simples dos membros que integram o tribunal, incluindo os juízes substitutos;
- d) reconhecida a divergência jurisprudencial entre câmaras, será lavrado o acórdão da turma, que remete os autos ao seu presidente, que, por seu turno, designa a sessão de julgamento;
- e) o tribunal, mesmo que não reconheça a existência de divergência jurisprudencial, interpretará o direito e indicará como a questão deve ser, doravante, julgada.

39. Aponte a alternativa correta:

- a) na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, ainda que versem sobre excesso de penhora;
- b) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, a devedora é citada para opor embargos, em 5 (cinco) dias;
- c) os honorários de advogado fixados pelo juiz na execução, ao despachar a inicial, são reduzidos pela metade quando há o integral pagamento no prazo de 3 (três) dias;
- d) a penhora de valores encontrados no sistema financeiro nacional, requisitada à autoridade supervisora do sistema bancário por meio eletrônico, tem seus trâmites integralmente realizados pelo oficial de justiça;
- e) o magistrado não permitirá penhora sobre rendimentos do trabalho, competindo-lhe, antes de determiná-la, averiguar se a conta-corrente sobre a qual ela recairá não é do tipo conta-salário.

40. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que exista prova inequívoca e que se convença da verossimilhança da alegação. Com relação a essa assertiva, aponte a alternativa correta:

- a) nenhum outro requisito é necessário para que o magistrado defira a antecipação dos efeitos da tutela;
- b) é necessário, para o deferimento da medida, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além da caracterização do abuso de direito de defesa do réu;
- c) o deferimento da antecipação da tutela, em face do poder geral de cautela do magistrado, independe de indicação dos motivos de seu convencimento;
- d) a tutela antecipada pode ser concedida quando não houver controvérsia sobre parcela dos pedidos efetivados e para providência de natureza cautelar quando presentes os pressupostos necessários ao seu deferimento;
- e) a tutela antecipada não pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, ainda que em decisão fundamentada, mormente se já houve manifestação do Tribunal que a confirmou.

41. Qual o elemento processual que não vincula o magistrado quando do proferimento de sua sentença:

- a) os fundamentos jurídicos do pedido;
- b) os fatos narrados na ação;
- c) os pedidos mediatos;
- d) os pedidos imediatos;
- e) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

42. Em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida a sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada quando a matéria controvertida for:
- a) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência;
 - b) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de procedência;
 - c) de fato ou de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência;
 - d) de fato ou de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de procedência;
 - e) unicamente de direito e, neste caso, interposto o recurso, o magistrado não poderá rever a decisão, uma vez que já esgotada a prestação jurisdicional.

DIREITO PENAL

43. No tocante ao crime de constrangimento ilegal, é incorreto afirmar que:
- a) o constrangimento para impedir o suicídio exclui a tipicidade do crime;
 - b) o delito é subsidiário com relação a todos os crimes em que o constrangimento é meio ou elemento, sempre havendo absorção, ainda que o outro delito seja mais levemente apenado;
 - c) não se trata de crime de mera atividade, que se consuma com a simples ação, mas de lesão, exigindo duplicidade de comportamento;
 - d) o crime de constrangimento ilegal não admite tentativa;
 - e) majora-se a pena quando se reúnem mais de 3 (três) pessoas para executar o crime ou houver emprego de arma de fogo.
44. No crime de ameaça é incorreto asseverar :
- a) a ameaça para constituir o crime tem de ser idônea, séria e concreta, capaz de efetivamente impingir medo à vítima;
 - b) o crime de ameaça consiste na promessa feita pelo sujeito ativo de mal justo ou injusto e grave a qualquer pessoa, violando a liberdade psíquica;
 - c) o crime de ameaça consiste na promessa feita pelo sujeito ativo de mal injusto e grave a qualquer pessoa, violando a liberdade psíquica;
 - d) a falta de consciência ou de capacidade mental para entender a gravidade do mal ameaçado afasta a possibilidade do crime;
 - e) a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.
45. No tocante aos crimes contra o patrimônio assinale a alternativa incorreta:
- a) a conduta tipificada no delito de extorsão é o constrangimento mediante violência ou grave ameaça para o fim de obtenção de vantagem econômica indevida;
 - b) a delação premiada exclui a tipicidade;
 - c) a conduta tipificada no delito de extorsão mediante seqüestro é seqüestrar alguém para obtenção de qualquer vantagem;
 - d) constitui crime de extorsão indireta exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro;
 - e) o delito de dano tem por objeto jurídico sempre o patrimônio e o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa com exceção do proprietário.
46. Nos crimes contra a organização do trabalho é certo afirmar :
- a) o sujeito ativo do crime de paralisação do trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem, pode ser qualquer pessoa sem nenhuma condição especial;
 - b) para que se considere coletivo o abandono de trabalho, é indispensável o concurso de, pelo menos, 2 (dois) empregados;
 - c) o crime de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola consuma-se com a invasão ou ocupação, com a danificação ou disposição, sem dependência da obtenção da finalidade proposta;
 - d) o delito de paralisação de trabalho de interesse coletivo não admite tentativa;
 - e) todas as alternativas estão incorretas.

47. No tocante ao crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, é correto afirmar que:

- a) o delito em apreço não admite a tentativa;
- b) admite modalidade dolosa e culposa;
- c) a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido;
- d) as penas cominadas, cumulativamente, são detenção e multa, além da pena correspondente à violência;
- e) a pessoa, desde que mantenha vínculo empregatício, pode ser sujeito ativo do crime.

48. É incorreto afirmar quanto ao crime de redução à condição análoga à de escravo que:

- a) o tipifica alguém forçar o trabalhador a serviços pesados com a proibição de deixar a propriedade agrícola sem antes liquidar os débitos pelos quais se obrigou;
- b) não admite tentativa;
- c) é irrelevante o consentimento do ofendido;
- d) a ele se comina reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
- e) o elemento subjetivo do tipo é o dolo.

49. É incorreto afirmar, sabendo-se que o crime pode ser doloso ou culposo, que:

- a) não se admite compensação de culpa;
- b) há concorrência de culpas quando 2 (dois) indivíduos, um ignorando a participação do outro, contribuem culposamente para a produção de um fato definido como crime;
- c) a regra é de que as infrações penais sejam imputadas a título de dolo e somente excepcionalmente a título de culpa, quando expressamente prevista tal modalidade;
- d) culpa imprópria ocorre quando o sujeito prevê e quer o resultado, mas sua vontade baseia-se em erro de tipo inescusável ou vencível;
- e) o crime culposo prescinde da existência real de um resultado.

50. Nos crimes contra a honra, assinale a alternativa correta:

- a) a calúnia somente pode ser dirigida a pessoas vivas;
- b) a difamação consiste em imputar a qualquer pessoa fato ofensivo à sua dignidade ou decoro;
- c) consuma-se a injúria quando a ofensa chega ao conhecimento do ofendido;
- d) configura-se a calúnia quando a imputação se referir a contravenção penal;
- e) consuma-se a calúnia no momento em que o fato ofensivo chega ao conhecimento do ofendido.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2ª Etapa 18/05/2008

COMISSÃO DO CONCURSO

TITULARES

Desembargador Luiz Carlos de Araújo - Presidente

Desembargadora Fany Fajerstein - Membro

Membro (OAB) – Dr. Estevão Mallet

SUPLENTE

Desembargadora Maria Cecília Fernandes Álvares Leite

Desembargador I. Renato Buratto

Membro (OAB) – Dr. Alexandre Augusto Gualazzi

COMISSÃO EXAMINADORA

TITULARES

Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho - Presidente

Juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira Cesar Targa - Membro

Membro (OAB) – Dr. Luiz Donato Silveira

SUPLENTE

Juiz Edison dos Santos Pelegrini

Juiz Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Membro (OAB) – Dra. Elimara Aparecida Assad Sallum

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a Folha-Resposta.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões. Verifique, também, se as questões estão legíveis.
3. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa, etc) solicite, imediatamente, a substituição.
4. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da Prova.
5. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da Prova é encargo do candidato.
6. Não se admitirá rasura na Folha-Resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
7. A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
8. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em imediata eliminação do candidato.
9. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, "notebook", "bip", receptor, gravador, "palm top", calculadora, máquina fotográfica ou similares. A transgressão importará em imediata eliminação do candidato.
10. A prova tem duração de 4 (quatro) horas e, esgotado o tempo, o Fiscal retirará, de pronto, a Folha-Resposta.
11. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
12. A entrega da Folha-Resposta e a saída do candidato com o caderno de questões dar-se-ão após 2 (duas) horas do início da prova.

DIREITO DO TRABALHO

51. Assinale a alternativa correta. Para fins de admissão, o empregador pode exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia, no mesmo tipo de atividade, pelo tempo máximo de :
- a) 3 (três) meses;
 - b) 6 (seis) meses;
 - c) 12 (doze) meses;
 - d) 18 (dezoito) meses;
 - e) 24 (vinte e quatro) meses.
52. Tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa correta em relação à prescrição:
- a) é total no pedido de equiparação salarial;
 - b) é parcial na alteração quanto ao percentual das comissões, em prejuízo do empregado;
 - c) é parcial tratando-se de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e não paga ao ex-empregado;
 - d) é total na ação que objetiva corrigir desvio funcional;
 - e) é total no pedido de reenquadramento funcional.
53. Assinale a alternativa correta. Pela legislação atual, a empregada doméstica tem direito a:
- a) salário-família;
 - b) PLR (participação nos lucros e resultados);
 - c) horas extras;
 - d) adicional de insalubridade;
 - e) licença e estabilidade à gestante.
54. Assinale a alternativa correta. Pela legislação atual, pode haver contratação de trabalhador rural, por pequeno prazo, para o exercício de atividades no campo, desde que o produtor rural seja pessoa:
- a) jurídica e a atividade a ser exercida tenha natureza temporária;
 - b) física e o contrato não supere a 2 (dois) meses dentro do período de 1 (um) ano;
 - c) física e o contrato não supere a 2 (dois) meses dentro do período de 1 (um) ano, com registro obrigatório na CTPS;
 - d) física e o contrato não supere a 2 (dois) meses dentro do período de 1 (um) ano, dispensados o registro na CTPS e os demais direitos dos trabalhadores rurais permanentes;
 - e) jurídica e a atividade a ser exercida tenha natureza temporária, com registro obrigatório na CTPS.
55. Assinale a alternativa incorreta no tocante ao trabalhador rural:
- a) o desconto salarial da alimentação tem por base o salário mínimo;
 - b) o trabalho noturno executado na pecuária é aquele realizado das 20h às 4h;
 - c) o intervalo intrajornada deve observar os usos e costumes da região, não se computando na duração do trabalho;
 - d) nos serviços intermitentes, a interrupção do trabalho é de, no mínimo, 5 (cinco) horas, entre uma e outra parte da execução da tarefa diária;
 - e) tem limitado o desconto da moradia em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo.
56. Para o empregado do comércio que trabalha das 12h às 16h, aponte o correto intervalo intrajornada:
- a) 10min;
 - b) 15min;
 - c) 30min;
 - d) 1h;
 - e) nenhum.

57. Assinale a alternativa incorreta:

- a) para as microempresas, as horas "in itinere" poderão ser fixadas por meio de acordo coletivo de trabalho, inclusive quanto à forma e à natureza da remuneração;
- b) o trabalho em regime de tempo parcial tem como limite 25 (vinte e cinco) horas semanais, sendo vedada a prestação de horas extras;
- c) nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho;
- d) o intervalo interjornada, acrescido do descanso semanal remunerado, totaliza 36 (trinta e seis) horas consecutivas de repouso;
- e) o banco de horas deve ser aplicado de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

58. O empregado trabalhou no período de 02.01.00 a 15.03.08, nunca usufruiu ou recebeu férias e ajuizou reclamação em 16.05.08. Quantos períodos estão prescritos?

- a) nenhum;
- b) 1 (um) período;
- c) 2 (dois) períodos;
- d) 3 (três) períodos;
- e) 4 (quatro) períodos.

59. Relativamente ao trabalho do menor, assinale a alternativa incorreta :

- a) a CLT considera menor o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos;
- b) é vedado prorrogar a jornada diária do menor, salvo, excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, desde que o trabalho seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento;
- c) o contrato de aprendizagem deve ser ajustado por escrito, no máximo por 2 (dois) anos, com maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, salvo quando se tratar de aprendiz portador de deficiência;
- d) todos os estabelecimentos são obrigados a empregar aprendizes em percentual equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, do número de seus trabalhadores;
- e) o contrato de aprendizagem poderá ser extinto antecipadamente por inadaptação do aprendiz, sem o pagamento da metade da remuneração que seria devida até o término do contrato.

60. No concernente à justa causa, assinale a alternativa incorreta:

- a) ato de improbidade está relacionado com a desonestidade do empregado;
- b) incontinência de conduta está relacionada com a moral de ordem sexual;
- c) condenação criminal do empregado, transitada em julgado, com a suspensão da execução da pena, sempre autoriza demissão por justa causa;
- d) ato de indisciplina pressupõe o descumprimento de ordens gerais;
- e) prática constante de jogos de azar autoriza demissão por justa causa.

61. Assinale a alternativa incorreta:

- a) não é considerado salário-utilidade o transporte concedido pelo empregador destinado ao deslocamento do empregado para o trabalho;
- b) o pagamento do salário mensal deverá ser efetuado até o quinto dia do mês subsequente ao vencido;
- c) o trabalhador readaptado, por motivo de deficiência mental atestada pelo órgão competente, desserve como paradigma para fins de equiparação salarial;
- d) em caso de dano causado pelo empregado por dolo, o desconto salarial será lícito;
- e) o pagamento do salário em dólar é considerado como não efetuado.

62. Assinale a alternativa correta:

- a) é ilícita a transferência unilateral do empregado decorrente de extinção do estabelecimento em que trabalhava;
- b) a suspensão disciplinar do empregado por 30 (trinta) dias consecutivos acarreta a rescisão injusta do contrato de emprego;
- c) o aviso prévio, de no máximo 30 (trinta) dias, é devido na dispensa indireta;
- d) na força maior, a imprevidência do empregador é excludente obrigacional;
- e) não se considera alteração contratual ilegal a reversão ao cargo efetivo de empregado que exercia função de confiança.

63. Com relação à estabilidade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) a do dirigente sindical, mesmo que suplente, compreende o período entre a eleição e 1 (um) ano após o término do mandato;
- b) a do presidente da CIPA compreende desde o registro da candidatura até 1 (um) ano após o final do seu mandato;
- c) a da gestante compreende o período entre a concepção até 5 (cinco) meses após o parto;
- d) a de todos os membros da comissão de conciliação prévia se estende até 1 (um) ano após o término do mandato;
- e) a do empregado que sofreu acidente de trabalho se estende até 1 (um) ano após a cessação do auxílio-doença acidentário, mesmo que continue percebendo o auxílio-acidente.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

64. Com relação à Central Sindical, assinale a alternativa correta:

- a) é entidade de representação dos trabalhadores e empregadores, constituída em âmbito nacional;
- b) é entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores;
- c) para o exercício das atribuições requer filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos por todos os estados da federação;
- d) tem como prerrogativa a participação em negociação nos colegiados de órgãos públicos, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse particular de trabalhadores e empregadores;
- e) o Ministério do Trabalho e Emprego não tem competência para aferição dos requisitos de sua representatividade.

65. Em matéria de conflitos coletivos de trabalho é incorreto afirmar que:

- a) solucionam-se normalmente por meio de fórmulas autocompositivas ou heterocompositivas;
- b) frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros;
- c) a greve pode surgir como fórmula de autotutela;
- d) a autocomposição se verifica por meio da arbitragem;
- e) a lei brasileira determina que o tribunal prolator da sentença normativa fixe o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 4 (quatro) anos.

66. Segundo a lei que disciplina o exercício do direito de greve é correto afirmar que :

- a) a participação em greve legítima suspende o contrato de trabalho;
- b) a participação em greve interrompe o contrato de trabalho;
- c) a participação em greve, não comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, acarreta a extinção do contrato de trabalho;
- d) trata-se de suspensão coletiva temporária, pacífica ou não, da prestação de serviços;
- e) é permitido às empresas, quando necessário, adotar meios para constranger o empregado a comparecer ao trabalho.

67. No concernente à arbitragem e à mediação, assinale a assertiva incorreta :

- a) o mediador não assume poderes decisórios perante as partes, as quais preservam toda a autonomia quanto à fixação da solução final do litígio;
- b) o árbitro não assume poderes decisórios perante as partes, as quais preservam toda a autonomia quanto à fixação da solução final do litígio;
- c) a mediação é realizada por terceiro estranho às partes em dissenso;
- d) a arbitragem é realizada por terceiro estranho às partes em dissenso;
- e) a arbitragem resulta de ajuste de vontade das partes efetivado mediante convenção de arbitragem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

68. Assinale a alternativa correta. São consideradas ações constitucionais, expressamente previstas como garantias fundamentais:

- a) apenas o "habeas corpus" e o mandado de segurança;
- b) apenas o "habeas corpus", o mandado de segurança e o "habeas data";
- c) o mandado de injunção, a ação popular, o mandado de segurança individual, o *habeas corpus* e o "habeas data";
- d) o "habeas corpus", o mandado de segurança, o direito de petição e a ação declaratória de inconstitucionalidade;
- e) o mandado de injunção, a ação popular, o mandado de segurança, o "habeas corpus", o "habeas data" e a ação civil pública.

69. Em relação à declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, efetuada no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, é correto afirmar que:

- a) o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista razões de excepcional interesse social, poderá restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- b) por se tratar de declaração de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal deverá reconhecer seus efeitos "ex tunc";
- c) embora tenha declarado a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, a decisão do Supremo Tribunal Federal, em respeito à segurança jurídica e ao direito adquirido, produzirá efeitos apenas para o futuro;
- d) o relator não poderá conceder liminar, uma vez que essa competência é privativa do plenário do STF;
- e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental é regra de eficácia contida, uma vez que ainda não foi regulamentada por norma infraconstitucional.

70. Qual das assertivas abaixo é incompatível com a Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) trata-se de uma Constituição rígida, passível de alteração pelo poder constituinte derivado, por intermédio de emenda constitucional, havendo restrições quanto ao objeto da proposta de alteração;
- b) não poderá haver proposta de emenda constitucional efetuada pelo Poder Judiciário;
- c) o poder constituinte derivado pode deliberar sobre proposta de emenda constitucional visando a suprimir a garantia da coisa julgada, haja vista que a autoridade da "res judicata" está expressamente prevista nas leis infraconstitucionais;
- d) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal;
- e) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

71. São princípios gerais da atividade econômica, exceto:

- a) a livre concorrência;
- b) a defesa do consumidor;
- c) a função social da propriedade;
- d) a busca do pleno emprego;
- e) a liberdade de associação.

72. A respeito do processo legislativo, é incorreto afirmar que:

- a) o integra a elaboração de decretos legislativos e resoluções;
- b) as leis que disponham sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União são de iniciativa privativa do Presidente da República;
- c) é vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a processo civil;
- d) a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros do Senado Federal;
- e) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.

73. Dentre as normas constitucionais a seguir referidas, assinale aquela que não foi introduzida pela Emenda Constitucional nº 45/2004:

- a) a competência para o Supremo Tribunal Federal aprovar súmula com efeito vinculante, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros;
- b) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;
- c) a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- d) a competência da Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- e) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

74. Em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária efetuada pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, assinale a alternativa correta:

- a) será exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que tem competência para aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, excluída a imposição de multa;
- b) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte a imputação de débito não terão eficácia de título executivo;
- c) os Ministros do Tribunal de Contas da União não possuem as mesmas garantias e prerrogativas dos Ministros do STJ;
- d) o Poder Judiciário da União é obrigado a manter sistema de controle interno, cujos responsáveis, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária;
- e) é restrita aos órgãos da Administração Pública Direta.

75. Considerando a atual estrutura do Poder Judiciário, assim como as competências e atribuições dos seus órgãos, assinale a alternativa correta:

- a) com a instalação do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais deixaram de ter autonomia administrativa e financeira;
- b) relativamente à composição do STJ, um quinto das vagas será preenchido dentre advogados com mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público, alternadamente;
- c) as decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho têm efeito vinculante para os Tribunais Regionais do Trabalho;
- d) compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentença estrangeira;
- e) para que seja respeitada a competência disciplinar e correicional dos tribunais, o CNJ não poderá rever, de ofício, os processos disciplinares envolvendo juizes e demais membros dos tribunais.

76. Em relação ao controle da constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:
- a) a inconstitucionalidade pode ser por ação ou por omissão;
 - b) os regimentos internos dos tribunais não estão sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade;
 - c) os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
 - d) a decisão definitiva de mérito, proferida pelo STF na ação declaratória de constitucionalidade, terá eficácia “erga omnes” e vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública, inclusive para as entidades da administração indireta;
 - e) a inconstitucionalidade pode ser formal ou material, preventiva ou repressiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

77. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:
- a) o princípio da legalidade tem a mesma dimensão para o particular e para o ente público, facultando-se à Administração a prática de todos os atos que a lei não proíbe;
 - b) embora não explicitados no art. 37 da Constituição Federal, são aplicáveis à Administração Pública Federal os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da finalidade;
 - c) em decorrência dos atributos dos atos administrativos, o princípio do contraditório somente é aplicável aos processos administrativos disciplinares;
 - d) no âmbito da Administração Pública Federal, há norma expressa dispensando a observância do princípio da motivação para a anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo;
 - e) o princípio da publicidade não se aplica às decisões administrativas proferidas pelos tribunais.
78. Após figurar em lista tríplice elaborada pelo TRT, determinado candidato toma posse 30 (trinta) dias após a publicação de sua nomeação. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- a) a investidura no cargo público é ato administrativo simples, cujos efeitos são produzidos apenas após a posse e exercício;
 - b) a investidura no cargo público é ato administrativo complexo, representado pela conjugação de vontades de mais de um órgão da administração, cujos efeitos somente se concretizam com a posse e exercício;
 - c) a investidura no cargo público é ato administrativo complexo, cujos efeitos são produzidos a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial da União;
 - d) a investidura no cargo público é ato administrativo composto, cujos efeitos são produzidos a partir da edição do ato principal;
 - e) a investidura no cargo público é ato simples e vinculado, que se aperfeiçoa com a nomeação do candidato pelo Presidente da República.
79. Após aprovação em concurso público, determinado servidor da Administração Direta Federal foi nomeado para cargo de provimento efetivo. É incorreto afirmar que:
- a) será estável após 3 (três) anos de efetivo exercício;
 - b) atingida a estabilidade, poderá perder o seu cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada a ampla defesa;
 - c) caso haja compatibilidade de horário, poderá acumular o seu cargo técnico com um emprego público de professor universitário, sendo que a totalidade da sua remuneração não poderá exceder o subsídio mensal dos Ministros do STF;
 - d) por exercer cargo de provimento efetivo, não poderá ser cedido para ocupar cargo em comissão em outro órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
 - e) implementados os requisitos da Lei nº 8.112/90, poderá usufruir de licença por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheira, para o serviço militar, para atividade política e, inclusive, de licença para tratar de interesses particulares.

80. São considerados atributos do ato administrativo:

- a) a forma, o objeto, a finalidade e o motivo;
- b) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade;
- c) a imperatividade, a motivação e a presunção de legitimidade;
- d) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a discricionariedade;
- e) a tipicidade, a imperatividade, a auto-executoriedade e a impessoalidade.

81. O art. 161 da CLT preconiza que determinada autoridade poderá, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, indicando na decisão as providências que deverão ser adotadas para a prevenção de infortúnio do trabalho. Analisando a hipótese legal na ótica dos poderes da Administração, é correto afirmar que a interdição de estabelecimento, setor ou máquina retrata:

- a) exercício do poder disciplinar da Administração, por meio do qual estabelece diretrizes de conduta para os servidores e os particulares, sujeitando-os a sanções;
- b) desdobramento do poder regulamentar da Administração, que detém competência privativa para editar normas que irão disciplinar o exercício de determinada atividade;
- c) exercício do poder de polícia da Administração, por meio do qual ela pode reprimir atividades nocivas ao trabalhador;
- d) exercício do poder hierárquico da Administração, uma vez que todas as atividades econômicas têm a sua atuação disciplinada pelo poder público;
- e) exercício do poder discricionário da Administração, por meio do qual afere a oportunidade e a conveniência de fiscalizar determinado estabelecimento.

82. Relativamente à responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado, por comportamento comissivo, consagrada no plano constitucional, é correto afirmar que:

- a) o direito brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva para o Estado e subjetiva para o agente público, desde que provados o dano e o nexo causal;
- b) o direito brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil subjetiva, tanto para o Estado quanto para o agente público, desde que provados o dano, o nexo causal e a culpa;
- c) o direito brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva para o Estado e subjetiva para o agente público, devendo ser provado apenas o dano;
- d) o direito brasileiro adota a teoria do risco integral da Administração, sendo que o agente responderá apenas nas hipóteses de dolo ou culpa;
- e) prevalece no direito brasileiro a teoria da responsabilidade civil objetiva, tanto para a Administração Pública quanto para o agente que praticou o ato danoso.

83. A respeito da normatização relativa à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual;
- b) aplicada uma das sanções de natureza civil, não poderá haver sanção penal para a mesma conduta;
- c) a prática de ato administrativo que atenta apenas contra os princípios da administração pública não tipifica improbidade;
- d) as sanções civis somente serão aplicadas se ficar comprovado efetivo dano ao patrimônio público;
- e) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos independem do trânsito em julgado da sentença condenatória.

84. Em relação à Administração Pública Indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com função pública própria e típica, capacidade de auto-administração e estão sujeitas ao controle da entidade estatal a que pertencem;
- b) as agências reguladoras (v.g. ANATEL, ANEEL, ANP, ANS) são autarquias sob regime especial, com autonomia financeira e poder normativo, cujos dirigentes são nomeados pelo Presidente da República, com prévia aprovação dos nomes pelo Senado Federal, e exercem mandatos fixos;
- c) o Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor;
- d) as empresas públicas deverão se sujeitar ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, e não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado;
- e) as ações em que figurem como autora, ré, assistente ou oponente uma empresa pública ou sociedade de economia mista federais, serão também processadas perante a Justiça Federal.

85. Em relação ao inquérito civil público, é correto afirmar que:

- a) trata-se de procedimento administrativo de natureza inquisitiva, presidido pelo Ministério Público, considerado como pressuposto processual para a propositura da ação civil pública;
- b) trata-se de procedimento administrativo, que tem por objetivo apurar lesões a interesses metaindividuais, na sua materialidade e autoria, para eventual propositura da ação civil pública, cujo arquivamento é requerido pelo Ministério Público e deferido ou não pelo juiz;
- c) em analogia ao inquérito policial, o inquérito civil que versar sobre direitos trabalhistas ou normas de proteção ao meio ambiente do trabalho poderá ser presidido pelo Delegado Regional do Trabalho;
- d) o inquérito civil público poderá redundar em termo de ajustamento de conduta, caracterizado como título executivo extrajudicial, e somente poderá versar sobre obrigações de fazer;
- e) em caso de arquivamento, os autos do inquérito deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, para que haja deliberação sobre a homologação ou rejeição do arquivamento.

DIREITO COMERCIAL

86. Segundo o Código de Defesa do Consumidor é incorreto afirmar que:

- a) o direito à informação é um componente necessário do produto e do serviço para efeito de viabilizar o seu oferecimento ao mercado;
- b) a nulidade de cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes;
- c) as sociedades coligadas responderão independentemente de culpa em face dos seus atos;
- d) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;
- e) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

87. No tocante aos efeitos da falência quanto aos direitos dos credores, é incorreto afirmar que:

- a) a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, ficando sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida;
- b) contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato;
- c) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição que recomeça a correr a contar do trânsito em julgado da sentença de seu encerramento;
- d) a decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis;
- e) suspende-se com a falência o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.

88. Com relação à administração da falência, é certo afirmar que :

- a) o administrador judicial será profissional idôneo, de qualquer área, preferencialmente advogado ou contador, não se admitindo o exercício da função por pessoa jurídica;
- b) o juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, cujo montante não excederá a 6% (seis por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial;
- c) o administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, não podendo exceder ao percentual de 3% (três por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial;
- d) o administrador judicial substituído não será remunerado se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas na lei;
- e) o administrador judicial substituído não será remunerado apenas se for destituído de suas funções por desídia, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas na lei.

89. No que tange à recuperação judicial, é incorreto afirmar que:

- a) os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso;
- b) a recuperação judicial poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente;
- c) a alteração do controle societário constitui um meio de recuperação judicial;
- d) o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 6 (seis) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial;
- e) rejeitado o plano de recuperação judicial pela assembléia-geral de credores, o juiz decretará a falência do devedor.

90. É incorreto asseverar que:

- a) a companhia dissolvida conserva a personalidade jurídica, até a extinção, com o fim de proceder à liquidação;
- b) no curso da liquidação judicial, as assembléias-gerais necessárias para deliberar sobre os interesses da liquidação serão convocadas por ordem do juiz, a quem compete presidilas e resolver, sumariamente, as dúvidas e litígios que forem suscitados;
- c) o liquidante terá as mesmas responsabilidades do administrador, e os deveres e responsabilidades dos administradores, fiscais e acionistas subsistirão até a extinção da companhia;
- d) extingue-se a companhia pelo encerramento da liquidação, pela incorporação ou fusão e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades;
- e) a incorporação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma nova sociedade, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

91. No que concerne ao exercício da profissão de aeronauta, assinale a alternativa incorreta:

- a) o aeronauta de empresa de transporte aéreo regular que se deslocar, a serviço desta, sem exercer função a bordo de aeronave, tem a designação de tripulante extra;
- b) considera-se também aeronauta quem exerce atividade a bordo de aeronave estrangeira, em virtude de contrato de trabalho regido pelas leis brasileiras;
- c) nas operações com helicópteros a jornada poderá ter a duração acrescida de até 2 (duas) horas para atender exclusivamente a trabalhos de manutenção;
- d) reserva é o período de tempo em que o aeronauta permanece, por determinação do empregador, em local de trabalho à sua disposição;
- e) quando ocorrer o cruzamento de 3 (três) ou mais fusos horários em um dos sentidos da viagem, o tripulante terá, na sua base domiciliar, o repouso acrescido de 2 (duas) horas por fuso cruzado.

92. Nos contratos de arrendamento mercantil, é incorreto afirmar que:

- a) as suas operações subordinam-se ao controle e fiscalização do Banco Central do Brasil;
- b) O "leasing" financeiro ocorre quando uma empresa é proprietária de um bem, móvel ou imóvel, e o vende a uma outra empresa e esta, adquirindo-o imediatamente, o arrenda à vendedora;
- c) extingue-se, normalmente, pelo decurso do prazo para o qual foi ajustado;
- d) o "leasing" operacional, "reting", é aquele em que o arrendamento de bens se dá mediante o pagamento de prestações determinadas, incumbindo-se o proprietário a prestar assistência ao arrendatário durante o respectivo período;
- e) o "leasing" pode referir-se a bens móveis ou imóveis.

93. O contrato de faturização pode ser conceituado da seguinte forma :

- a) é aquele em que um comerciante cede a outro os créditos de suas vendas, recebendo o primeiro do segundo o respectivo montante, mediante pagamento de remuneração;
- b) é o contrato que liga uma pessoa a uma empresa, para que esta, mediante condições especiais, conceda à primeira o direito de comercializar marcas ou produtos de sua propriedade sem que estejam ligadas por vínculo de subordinação;
- c) é o contrato segundo o qual uma pessoa jurídica transfere a outra, por tempo determinado, bem comprado pela primeira de acordo com as indicações da segunda;
- d) é o contrato segundo o qual duas pessoas convencionam fazer remessas recíprocas de bens, títulos ou dinheiro;
- e) é o contrato segundo o qual uma pessoa confia a outra a guarda de objeto móvel, cabendo à segunda a obrigação de restituí-lo, quando reclamado.

94. Com relação à defesa de direitos coletivos e difusos, é absolutamente inadequado afirmar que :

- a) a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo a título individual;
- b) poderá ser exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- c) poderá ser exercida quando se tratar de interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- d) a sentença fará coisa julgada "erga omnes", exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas;
- e) a sentença fará coisa julgada "ultra partes" quando beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

95. A respeito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), assinalar a alternativa incorreta:

- a) embora criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, o Mercosul somente adquiriu personalidade jurídica de Direito Internacional com o protocolo de Ouro Preto, ratificado pelo Brasil em fevereiro de 1996;
- b) de acordo com o protocolo de Olivos, que estabelece mecanismos mais céleres para a solução de controvérsias, os laudos do Tribunal Arbitral são obrigatórios para os Estados partes, não havendo possibilidade de recurso para pedir a revisão da decisão;
- c) o protocolo de Buenos Aires, que cria normas sobre jurisdição internacional em matéria contratual, exclui do seu âmbito os contratos de trabalho;
- d) há uma Declaração Sociolaboral do Mercosul assegurando que todo trabalhador migrante, independentemente de sua nacionalidade, tem direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação profissional de cada país;
- e) os países que integram o Mercosul firmaram um protocolo de cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.

96. O crescente intercâmbio de trabalhadores para outros países gera conflitos em relação à norma trabalhista aplicável no espaço. Nesse contexto, de acordo com a legislação em vigor, e observado o entendimento prevalecente na jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) com respaldo no art. 9º da Lei de Introdução do Código Civil, as obrigações trabalhistas são regidas pelas leis do país em que se constituírem ("lex loci contractus");
- b) no caso de trabalho temporário de estrangeiro, deslocado do exterior para trabalhar em filial brasileira, as normas de ordem pública do Brasil poderão deixar de ser aplicadas, uma vez que o trabalho é transitório;
- c) o critério que prevalece é o da territorialidade, devendo ser aplicada a norma concernente ao local da prestação dos serviços, não havendo exceção;
- d) de acordo com o disposto na Lei nº 7.064/82, que disciplina a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos para prestarem serviços no exterior, há regras que excepcionam a aplicação do princípio da "lex loci executionis";
- e) o contrato firmado no exterior tem caráter vinculante – "pacta sunt servanda" – e deverá ser observado para o período trabalhado no Brasil, mesmo que contenha norma que contrarie as garantias mínimas previstas na Constituição Federal.

97. Considerando o tratamento diferenciado concedido à diplomacia e ao serviço consular, assinale a alternativa incorreta:

- a) é função do diplomata representar o Estado de origem, assim como proteger os interesses deste e dos seus nacionais perante o Estado estrangeiro;
- b) é função do consulado fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado receptor e promover ainda relações amistosas entre eles;
- c) a pessoa do agente diplomático é inviolável; não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão e o Estado em que exerce a função diplomática tratá-lo-á com o devido respeito e adotará todas as medidas adequadas para impedir qualquer ofensa à sua pessoa, liberdade ou dignidade;
- d) a imunidade de jurisdição dos funcionários consulares não se aplica para o caso de ação civil proposta por terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, ocorrido no Estado receptor;
- e) os agentes diplomáticos e os membros da repartição consular não estão obrigados a prestar depoimento como testemunha.

98. A respeito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinale a alternativa incorreta:

- a) é uma organização tripartite permanente, com personalidade jurídica de direito internacional, cuja estrutura é integrada pela Conferência Geral, Conselho de Administração e Repartição Internacional do Trabalho;
- b) a Conferência Geral detém o máximo poder deliberativo e cada Estado-Membro é representado por 4 (quatro) delegados, sendo 2 (dois) deles do Governo e os outros 2 (dois) representando, respectivamente, empregados e empregadores;
- c) caso a Conferência delibere pela edição de recomendação, será dado conhecimento do seu teor aos Estados-Membros, a fim de que estes a considerem, atendendo à sua efetivação por meio de lei nacional ou por qualquer outra forma;
- d) a Conferência, ao elaborar uma convenção ou uma recomendação, não poderá levar em conta os países que se distinguem pelo clima ou pelo desenvolvimento incompleto de sua organização industrial, nem sugerir modificações que correspondam às condições particulares desses países;
- e) nenhum Estado-Membro poderá retirar-se sem aviso prévio ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

99. De acordo com a Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190, elaboradas pela OIT, assinale a alternativa incorreta:

- a) o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 (dezoito) anos;
- b) os países que adotarem tais normas deverão tomar medidas que proíbam trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança;
- c) todo país-membro elaborará e desenvolverá programas de ação para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil;
- d) em relação à Convenção nº 182 da OIT, os países membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das suas disposições, por meio de maior cooperação e/ou assistência internacionais, incluindo o apoio ao desenvolvimento social e econômico, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal;
- e) de acordo com a Recomendação nº 190 da OIT, as leis nacionais dos países-membros, mesmo que adotem medidas que protejam a saúde, a segurança e a moral das crianças, não poderão autorizar o trabalho de pessoa menor de 18 (dezoito) anos em local perigoso.

100. Assinale a alternativa incorreta:

- a) as convenções da OIT não são tratados multilaterais abertos, de caráter normativo;
- b) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- c) é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- d) compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- e) em relação à incorporação de tratados internacionais ao direito interno, o Brasil não adota a teoria monista pura.



XXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

GABARITO

A Comissão Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito torna público o gabarito da referida prova, realizada nos dias 17 e 18 de maio do corrente ano:

1ª ETAPA

| | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| 01 - D | 11 - C | 21 - C | 31 - B | 41 - A |
| 02 - C | 12 - C | 22 - C | 32 - C | 42 - A |
| 03 - A | 13 - B | 23 - A | 33 - E | 43 - D |
| 04 - D | 14 - C | 24 - B | 34 - A | 44 - B |
| 05 - A | 15 - B | 25 - B | 35 - B | 45 - B |
| 06 - D | 16 - E | 26 - D | 36 - C | 46 - C |
| 07 - B | 17 - D | 27 - A | 37 - D | 47 - D |
| 08 - A | 18 - A | 28 - C | 38 - B | 48 - B |
| 09 - E | 19 - E | 29 - D | 39 - C | 49 - E |
| 10 - B | 20 - D | 30 - B | 40 - D | 50 - C |

2ª ETAPA

| | | | | |
|--------|--------|--------|--------|---------|
| 51 - B | 61 - B | 71 - E | 81 - C | 91 - C |
| 52 - E | 62 - E | 72 - D | 82 - A | 92 - B |
| 53 - E | 63 - E | 73 - D | 83 - A | 93 - A |
| 54 - B | 64 - B | 74 - D | 84 - E | 94 - E |
| 55 - E | 65 - D | 75 - C | 85 - E | 95 - B |
| 56 - E | 66 - A | 76 - B | 86 - C | 96 - D |
| 57 - D | 67 - B | 77 - B | 87 - B | 97 - E |
| 58 - C | 68 - C | 78 - B | 88 - D | 98 - D |
| 59 - D | 69 - A | 79 - D | 89 - D | 99 - E |
| 60 - C | 70 - C | 80 - B | 90 - E | 100 - A |

Campinas, 18 de maio de 2008.

(a) Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho
Desembargadora Presidente da Comissão Examinadora